Globethics Repository



Quem traça o rumo é a política, não a teoria econômica [Who paves the way is politics, not economic theory.]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see https://www.globethics.net. Data and content policy of Globethics Repository see https://repository.globethics.net/pages/policy.

Item Type	Article
Authors	Bacelar, Tânia
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-11-11 05:09:50
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/163139

crescimento muito pequeno para dar emprego aos novos trabalhadores e para reduzir a massa de desempregados. O Lula está se conformando com uma situação que não é nada boa. Nós precisamos crescer 5% em média para poder dar emprego. Se não dermos emprego, temos que estar com um programa de assistência social, fazendo caridade para fazer com que a população sobreviva. Tem um custo muito grande não crescer. Claro que essas condições não se criam de uma hora para outra, mas já estamos nessa política desde 1994. O rumo é esse, o governo Lula não só deu continuidade a esse rumo, mas o tornou mais ortodoxo ainda, por incrível que pareça.

***IHU On-Line* – Qual é sua expectativa com relação ao futuro do governo?**
Gentil Corazza – Eu não estou otimista. Falta ao governo uma visão estratégica, de pensar a longo prazo, abrir os horizontes. Ele está preso à conjuntura, fez uma opção de conquistar credibilidade do mercado. Na minha visão de economista, o mercado sozinho não nos leva a lugar nenhum, é instável, precisa ser regulado. O Estado é imprescindível e não vejo nada dentro do governo que sinalize nessa direção. Alguma coisa melhorou, mas as coisas básicas ainda não foram tocadas. É possível criar alguma estratégia de médio e de longo prazo. Temos que pensar nisso, senão os gargalos não se resolvem. Ou então vai acontecer o que está acontecendo hoje, o governo botou o pé no freio e está tentando conter o crescimento econômico. Por incrível que pareça, pois ele está preocupado com a inflação. Se não se constroem as bases do desenvolvimento, do crescimento econômico, qualquer problema na conjuntura internacional gera uma pressão sobre a infra-estrutura. Aí o governo tem que pisar no freio. Então, a perspectiva não é sustentável.

"Quem traça o rumo é a política, não a teoria econômica"

Entrevista com Tânia Bacelar

A economista e socióloga Tânia Bacelar de Araújo também não vê "mudança à vista" na política governamental. Acredita que isso "tem a ver com a herança e com a fragilidade da base de apoio do governo. Elegeu-se o presidente, mas não uma base de apoio. Ele está negociando a base de apoio a todo o momento. Agora está em outro momento de negociação. Há uma fragilidade política que pesa". Tânia Bacelar concedeu uma entrevista exclusiva ao ***IHU On-Line****, por telefone, na última semana. Ela atuou durante trinta anos na Sudene, especializou-se em Economia Regional, porém com um pensamento multidisciplinar, transitando pela geografia, pelo urbanismo e pela política. Colabora com distintos movimentos sociais, participando hoje da Consulta Popular. Severa crítica do neoliberalismo, com suas reflexões sobre reforma agrária, planejamento econômico e desenvolvimento regional, tem contribuído para a formulação de alternativas para o Nordeste e o País. Professora nos departamentos de Economia e Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Tânia Bacelar é bacharel em Ciências Sociais pela UFPE, em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), e doutora em Economia Pública, Planejamento e Organização do Espaço pela Université de Paris I/Panthéon-Sorbone. A economista também lecionou nos cursos de Economia da UNICAP, foi diretora de Planejamento Regional da Sudene, secretária do Planejamento, secretária da Fazenda do Estado de Pernambuco e diretora do Departamento de Economia da Fundação Joaquim Nabuco. É diretora da Consultoria Econômica de Planejamento (Ceplan) e atua como consultora de várias entidades nacionais e internacionais. A economista exonerou-se do cargo de secretária de Políticas de Desenvolvimento Regional, do Ministério do Trabalho, do Governo Federal, em janeiro de 2004. O ministro Ciro Gomes a considera "uma das mais brilhantes inteligências da academia brasileira". Tânia Bacelar é autora de* ***Ensaios sobre o desenvolvimento brasileiro - Heranças e urgências****. Rio de Janeiro: Fase, 2000.*

***IHU On-Line* – No que diz respeito à política econômica, lhe parece que o governo está assumindo definitivamente o seu perfil ortodoxo ou ainda resta alguma alternativa?**

Tânia Bacelar – Não. Acho que tem muita firmeza na posição do governo. Não vejo mudança à vista.

***IHU On-Line* – E a que a senhora atribui essa posição?**
Tânia Bacelar – Eu acho que tem a ver com a herança e com a fragilidade da base de apoio do governo. Elegeu-se o presidente, mas não uma base de apoio. Ele está negociando a base de apoio a todo o momento. Agora está em outro momento de negociação. Há uma fragilidade política que pesa.

***IHU On-Line* – Além de adotar essa postura pragmática o governo não teria abdicado de uma aliança com os movimentos populares e com a classe média?**
Tânia Bacelar – São coisas diferentes. A classe média está perdendo o poder de compra. A renda dela está diminuindo e ela está sentindo esse peso, principalmente a classe média que compra mais do que ganha, que tem que pagar juros. Como os juros estão muito altos, a médio prazo o poder de compra vai sendo corroído, porque se deixa de comprar para pagar juros. Na classe média, o problema é mais econômico. Ela está mais afetada pela política econômica do que a maioria pobre que, ao contrário, está até recebendo mais transferência de renda. Passou-se de dois milhões e pouco de pessoas com cobertura desses mecanismos de transferência para seis milhões de pessoas. Lá embaixo na pirâmide social, até cresceu a cobertura. O problema é nos estratos médios. A classe média tinha uma expectativa muito mais alta e está vivendo uma realidade dura. É normal que a sua reação seja de insatisfação.

***IHU On-Line* – Na classe baixa, na sua opinião, está havendo uma melhor distribuição de renda...**
Tânia Bacelar – Eu não diria distribuição de renda, porque o tamanho da concentração no Brasil é tão grande que esses programas assistenciais não são suficientes para falarmos em distribuição de renda. Mas eles amenizam a vida do dia-a-dia lá embaixo, na pirâmide. Podemos ver que onde o PT se saiu pior [nas eleições] é onde tem mais classe média.

***IHU On-Line* – E a ampliação desse apoio distributivo na classe mais baixa não se reverte em apoio político?**
Tânia Bacelar – Não necessariamente. São pessoas também vulneráveis a outro tipo de ação política, de clientelismo imediato na hora da eleição. Elas continuam vulneráveis apesar de receberem uma renda adicional.

***IHU On-Line* – A senhora atribui essa permanência da política ortodoxa a uma armadilha que prendeu o governo?**
Tânia Bacelar – Foi uma escolha. Resta ver quais serão as conseqüências políticas dessa escolha. As conseqüências econômicas são mais fáceis de ver. As conseqüências políticas é que são mais difíceis de avaliar, no médio prazo. Tanto foi uma escolha que ela continua firme. Não foi um acaso. Foi uma escolha estratégica de fazer uma transição lenta, custe o que custar.

***IHU On-Line* – A senhora acredita que estamos em transição?**
Tânia Bacelar – Na estratégia deles, eles pensam em uma transição, que é lenta. Vai diminuindo a relação dívida *versus* PIB... é o discurso do governo. O problema é que, na campanha eleitoral, até um certo momento, projetava-se uma mudança mais rápida. Esta é a contradição. Mas, desde a metade de 2002, já se via uma opção por uma transição lenta, mudanças lentas. É isso que está sendo implementado.

***IHU On-Line* – Há uma alternativa a essa ortodoxia econômica?**

Tânia Bacelar – Há, claro, sempre há alternativas. Alternativas técnicas sempre existem. E nesse caso também existem várias possibilidades. Só que a escolha política por enquanto está sendo essa. A alternativa técnica sempre se submete à escolha política. Quando o presidente entregou o Banco Central a Meirelles, ele fez uma escolha política, não foi uma escolha técnica. Existem alternativas a Meirelles.

***IHU On-Line* – Ao governo, além de base política não lhe faltam também alguns instrumentos para oferecer uma opção diferenciada?**
Tânia Bacelar – Instrumentos técnicos sempre existem. Quando não existem, a gente cria. Quem traça o rumo não é a teoria econômica. Quem traça o rumo é a política. Para cada momento de escolha política, combinam-se os instrumentos que a teoria econômica nos ensina. Há instrumentos para uma outra política. Isso é inegável. Por isso há o debate, porque não existe só essa solução, existem outras. O problema é que, conforme a análise política do governo, essa ainda é a melhor solução. Ou muda-se na política, ou não se muda. Não é apenas o debate técnico dos economistas que ocasionará a mudança, porque, embora haja discussão técnica, quando o assunto chega ao aceita modificar, mantendo a situação como estava. O debate econômico é bom, ele deve florescer. Estimular é educativo para a população também, para que ela veja que não existe só uma possibilidade, existem várias. Há outras composições de política econômica possíveis. A pergunta é: elas são politicamente viáveis neste momento? Tem-se revelado que não. Eu estou convencida de que não haverá mudança de rumo nos próximos meses.

IHU On-Line – *Politicamente não é viável uma mudança de rumo?*
Tânia Bacelar – Seria viável com outras condições políticas, mas não nessas que estão aí. A política econômica está tendo apoio político no Palácio do Planalto. Não tem ainda forças políticas para mudar. O que não significa dizer que não é preciso criá-las. Os movimentos sociais e a sociedade podem mudar esse quadro. Mas estou fazendo uma análise fria. Quando eu olho para o cenário e vejo o que está acontecendo, não vejo sinal de mudança.

***IHU On-Line* – A senhora localiza, no governo, algum nicho de resistência?**
Tânia Bacelar – Sim. O ministro José Dirceu, de vez em quando, mostra que ele gostaria que mudasse mais. Alguns ministros, internamente, falam, externamente, não. Não há essa homogeneidade favorável à ortodoxia, no governo. Só que, no debate interno, quem pressiona por mudar a política macroeconômica tem perdido. Por isso digo que não vejo sinais de mudança.

***IHU On-Line* – A senhora acredita que a diferenciação entre capital nacional e estrangeiro deve ser ainda bem demarcada, como defendia o presidente demitido do BNDES?**
Tânia Bacelar – Acho que sim. O Lessa teve posições muito importantes. Ele era um foco de resistência interno. A diferença é que ele externalizava isso, por isso caiu. Os outros não externalizam, ou externalizam bem suavemente. O Lessa foi mais explícito e aí gerou uma situação em que se desestabilizou.

***IHU On-Line* – A senhora acredita que a instituição de plebiscitos ou consultas populares para o debate de alguns temas mais relevantes poderia mudar essa situação?**
Tânia Bacelar – Acho que sim. Esse é outro problema. Em 2003, principalmente, um pouco menos em 2004, houve um momento de perplexidade dos movimentos sociais, da facção mais da esquerda do próprio PT. E aí não se teve uma movimentação que ampliasse o debate. Um Presidente administra as pressões e a pressão que vem dos movimentos sociais tem sido modesta.

***IHU On-Line* – A que a senhora atribui isso?**
Tânia Bacelar – Eu atribuo a uma certa perplexidade. Esperava-se um governo mais ousado na área econômica, ele não veio com essa característica, e os movimentos viveram um momento de

perplexidade. A postura política, para a oposição de esquerda, é muito delicada. Se bater com muita força, nivela-se à direita. E a direita tem meios para faturar isso politicamente. Tem grande parte da mídia, tem muito poder de verbalização, de formar opinião. Não estou criticando os movimentos. Estou dizendo que também para eles é difícil, porque não se pode jogar tudo fora. Bem ou mal, qual é a alternativa? Pode ser uma volta a uma composição de força muito pior. E essa alternativa não está descartada.

***IHU On-Line* – Então o destino do País está nas mãos dos movimentos sociais?**
Tânia Bacelar – Sempre esteve. Nunca acreditei que as elites brasileiras mudassem o Brasil. Quem muda o Brasil é a população brasileira, de baixo para cima, a duras penas, e ela sabe que é um processo lento. Não vai ser fácil mudar o Brasil. Mas é preciso insistir, porque o que se conseguiu foi com muita luta. Portanto, quem desistir de lutar e esperar que o governo faça, está em uma posição equivocada.

***IHU On-Line* – Nessa atual onda neoliberal e de globalização, o papel do Estado ainda tem uma importância significativa?**
Tânia Bacelar – Acho que sim. Os grandes estados mostram isso. Eles fazem um discurso liberal para nós, mas defendem seus interesses com unhas e dentes. Temos que olhar primeiro para eles e depois temos que ver que liberalismo em um país desigual como o Brasil só vai dar em mais desigualdade. O liberalismo pode até dar algum resultado em sociedades mais homogêneas. Em uma sociedade profundamente desigual como a nossa, vai resultar em mais desigualdade sempre. Os grandes Estados nacionais dos países poderosos do mundo defendem seus interesses com todas os instrumentos de que eles dispõem. Não tem nada de liberalismo. Então para um país como o Brasil, o Estado nacional ainda é fundamental. Enfraquecê-lo foi um dos nossos problemas. Esse é um dos nossos dramas. Nas últimas décadas, ele se enfraqueceu muito. Houve uma desmontagem, uma destruição de muitas conquistas que tinham sido feitas. E os neoliberais ainda querem mais.

***IHU On-Line* – O governo vem trabalhando para fortalecer o Estado? A parceria Público-Privado[8] contribui para isso?**
Tânia Bacelar – A parceria Público-Privado não fortalece o Estado, embora ela responda a uma situação concreta. O Estado não tem condição de fazer muitos investimentos. Se os investimentos tiverem retorno, o capital privado pode até se interessar. Mas a parceria Público-Privado é um instrumento muito limitado para responder às necessidades que eu considero mais importantes, exatamente aquelas que não são rentáveis, onde se precisa do Estado. Na minha região, em Pernambuco, tem um exemplo. Há o projeto de construção de uma ferrovia importante que ligaria o Nordeste ocidental ao Nordeste oriental, a transnordestina, só que não dá retorno. Cadê a parceria Público-Privado? Ela só será construída, quando o Estado bancar um investimento maior.

***IHU On-Line* – O governo vem conseguindo apresentar algumas medidas que fortaleça o Estado?**
Tânia Bacelar – É muito lenta ainda a reconstrução. Faz parte da ideologia do governo, mas, na prática, é muito lenta ainda. Essa é uma das conseqüências ruins da política econômica Ela também bloqueia essa recuperação de um instrumento que é importante.

O governo ignora a retomada do debate desenvolvimentista

Entrevista com Ricardo Carneiro

[8] Projeto de lei do Governo Federal que institui normas de licitação e contratação de serviços e obras, oferecendo à iniciativa privada novas modalidades de participação (Nota do ***IHU On-Line***).

O debate desenvolvimentista está recolocado e, lamentavelmente, um governo de origem popular, apoiado por um partido igualmente de corte popular, não está aproveitando a oportunidade para reforçá-lo. "Isso me parece uma coisa bastante lamentável", observa Ricardo de Medeiros Carneiro. Carneiro é graduado em Ciências Econômicas e mestre em Economia, defendeu sua dissertação de mestrado, intitulada Capitalismo e Pequena Produção na Agricultura do Nordeste na Unicamp. Obteve o título de doutor em Economia em dezembro de 1984, no Instituto de Economia da Unicamp (IE). Sua tese leva o título Crise, Estagnação e Hiperinflação (A economia brasileira nos anos 80). Defendeu tese de livre-docência em 2000, pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Atualmente, Ricardo Carneiro é membro do conselho editorial da revista ***Economia e Sociedade****, publicação semestral do Instituto de Economia da Unicamp e diretor executivo do Centro de Estudos de Conjuntura Econômica e Política Econômica (Cecon), no Instituto de Economia da Unicamp. De setembro de 1997 a setembro de 1998, atuou como pesquisador associado na University of London - Institute of Latin American Studies, onde realizou seu pós-doutorado. Ricardo Carneiro é autor de, entre outros,* ***Desenvolvimento em Crise*** *(A economia brasileira no último quarto do século XX). São Paulo: Fundação da Editora UNESP, 2002. O professor também é o organizador de* ***Os Clássicos da Economia*** *- Volumes 1 e 2. São Paulo: Ática, 1997.*

IHU On-Line **– Entre o fundamentalismo mercantilista e o desenvolvimentismo acuado, o senhor vê alguma saída?**

Ricardo Carneiro - Eu acho que a saída não é trivial. Ela tem que ser pensada de uma forma coerente, consistente, mas certamente não está sendo encaminhada no governo Lula. As dificuldades para mudar a política econômica são muitas, porque dependem de uma correlação de forças na sociedade. O problema que eu vejo no governo Lula não é o da velocidade das mudanças, mas o da direção das mudanças. Eu não vejo, de forma alguma, uma mudança das políticas econômicas do período anterior, na direção de uma política desenvolvimentista. É claro que isso é difícil de realizar, mas algumas coisas poderiam ter sido feitas. O debate que Lessa promovia ou a sua crítica ao Banco Central apareceram numa hora muito importante. O Banco Central questionou apareceram numa hora muito importante. O Banco Central questionou o mecanismo do crédito dirigido, que é o crédito voltado para um conjunto de atividades importantes e que tem taxa de juros inferior à taxa de mercado. Trata-se de uma das poucas ferramentas desenvolvimentistas que restaram no País. Esse debate revela a falta de compromisso dos dirigentes da política econômica com os instrumentos desenvolvimentistas.

IHU On-Line **– A preocupação do Banco Central com o crédito dirigido está relacionada com o controle da inflação?**

Ricardo Carneiro - Não! O que eles alegam é que isso tiraria a eficiência do sistema, porque esse é um crédito dirigido previamente para determinados setores. Em tese, o que eles dizem é que o mercado - no caso os bancos - não teriam a liberdade de direcionar esses créditos para onde eles gostariam, para onde eles avaliam que seria mais rentável. Isso, na visão do Banco Central, terminaria encarecendo as outras linhas, porque haveria uma espécie de subsídio. Invocam sempre a idéia de que o mercado faria essa distribuição de crédito de uma forma melhor. Mas nós sabemos que, do ponto de vista do desenvolvimento, em algumas áreas, ou se faz o direcionamento do crédito ou elas não terão recursos. Esse é um ponto central da discussão.

IHU On-Line **- Era essa uma opção do BNDES para implementar uma política desenvolvimentista...**

Ricardo Carneiro - Uma das poucas coisas que restou do desenvolvimentismo são exatamente as instituições públicas de crédito público, tipo BNDES, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil. Elas têm recursos originários de uma fonte mais barata, portanto não se submetem às regras da taxa de juros de mercado. A maior parte desses recursos é dos próprios trabalhadores, do FGTS, do FAT. São recursos usados para saneamento, habitação, infra-estrutura... É isso que está no questionamento do Banco Central que quer, digamos assim, que os bancos privados ponham as mãos nesses recursos. Essa foi a briga do Carlos Lessa, no BNDES, contra o sistema privado e o Banco Central.

***IHU On-Line* - Como pode um grupo partidário com a tradição teórica e as proposições que já tinha chegar ao poder e assumir uma posição neoliberal? Isso decorre de uma nova convicção teórica? Ou trata-se mesmo de uma opção política transitória?**

Ricardo Carneiro - Eu acho que se trata menos de uma questão de posição teórica. Eu diria que ao núcleo dirigente do governo falta clareza sob o caminho a trilhar na área econômica. Imagino que essas concessões exageradas feitas ao mercado tenham sido, do ponto de vista de alguns, apenas um movimento tático, mas que se tentou constituir num movimento estratégico, porque não fez com que o governo acumulasse forças para mudar a política. O governo tentou esse caminho, tentou construir a credibilidade e ficou prisioneiro da sua própria credibilidade ante aos mercados. Não era possível mudar no início, mas o caminho tomado se tornou um caminho sem volta. Eu vejo assim a estratégia do governo. Não sei se a reforma ministerial vai mudar essa orientação, mas a tendência é a de persistir nesse caminho. Até porque o Brasil teve sorte nos últimos dois anos, há um cenário internacional muito favorável, começaram a aparecer alguns resultados bem positivos. Isso reforça mais essa linha, embora eu acredite que esses resultados não serão sustentados a médio prazo.

***IHU On-Line* – Essa predominância da visão ortodoxa revela um certo esgotamento da vertente desenvolvimentista?**

Ricardo Carneiro – As idéias desenvolvimentistas sofreram um golpe grande nos anos 1980. Foram enfraquecidas por um conjunto de fatores: a crise da dívida, a globalização financeira... Não me refiro a um enfraquecimento do ponto de vista teórico, mas do ponto de vista político. Houve um recuo dessas linhas de pensamento e de raciocínio, das entidades e dos grupos sociais que as sustentavam e defendiam. Ao mesmo tempo, acho que está havendo uma renovação, um reforço dessa linha, porque o modelo liberal prometeu entregar um conjunto de coisas e não as entregou.

Na América Latina, as décadas de 1980 e 1990 foram trágicas. Então, um pouco do renascimento das idéias desenvolvimentistas se deve ao fracasso do modelo liberal. Por outro lado, os países periféricos que tiveram o êxito fizeram políticas de alguma forma desenvolvimentistas, como ocorreu com os países da Ásia. O debate está recolocado e é uma pena que um governo de origem popular, com um partido de origem popular, não tenha sido capaz de reforçar esse pólo do debate. Isso me parece uma coisa bastante lamentável.

***IHU On-Line* – Mas essa retomada do debate desenvolvimentista não poderá se constituir em um ponto de apoio para o governo romper com a ortodoxia?**

Ricardo Carneiro – Concretamente, o problema é o seguinte: temos um grupo minoritário representado por bancos, uma parte pequena da classe média que chamamos de rentista, que vive de rendas, o segmento da mídia... São grupos extremamente conservadores e influentes, que, de certa forma, dominam, que têm algum poder social real, mas que são, em relação à população, uma minoria.

E o governo resolveu não enfrentar esse grupo. Estamos vendo como a classe média tem faltado com o apoio ao governo, embora tenha votado no Lula, porque não vê no governo políticas favoráveis aos seus interesses. E a classe média é um ator central desse processo. De certa forma, o governo se rendeu aos interesses de uma minoria. Eu não estou dizendo que o governo seja representante dessa minoria, o que eu acho é que, de uma forma, o governo está sendo chantageado por essa minoria e tem feito a política contra a maioria da população.

***IHU On-Line* - É imperioso estabelecer uma distinção nítida entre os capitais nacional e estrangeiro ou essa já é uma fronteira esmaecida?**
Ricardo Carneiro - Eu acho que essa fronteira é importante, sobretudo por se tratar de um país periférico, subdesenvolvido. Não tenho nenhuma razão, em princípio, para me contrapor ao capital estrangeiro produtivo que aqui veio, há mais de 50 anos, que tem uma participação importante no setor produtivo nacional. Não me oponho a isso. Mas acho que um banco de desenvolvimento local, uma agência de desenvolvimento, deve adotar um tratamento diferenciado em relação ao capital estrangeiro e ao capital nacional, porque o que nós queremos do capital internacional é que ele traga capital para o nosso desenvolvimento, tecnologia. Então não faz sentido nós tratarmos esses capitais da mesma forma. Temos que favorecer o capital nacional sem discriminar o capital internacional, dando para ele um espaço claro de atuação.

***IHU On-Line* - Como pesquisador, como estudioso, como é que o senhor se sente em relação a esse governo?**
Ricardo Carneiro - Acho que a direção do governo tem sido ruim. Vejo, inclusive, um aprofundamento dessa direção. Não acho provável que vá mudar. Vejo um aspecto interessante, que é o afastamento do governo do PT, sobretudo das suas bandeiras tradicionais, um afastamento da intelectualidade em geral e da militância. Isso é uma questão clara. Vejo isso também como militante, é um dado da realidade. Esse afastamento tem um limite. Até onde chegará o governo com esse afastamento? Essa é uma pergunta que fica. A persistir nesse caminho, nessa estratégia, em um determinado momento, isso produzirá um resultado complicado, do ponto de vista da sustentação. Pelo menos no que diz respeito às forças tradicionais, que sustentaram o governo e o PT até agora.

***IHU On-Line* - O senhor é favorável à realização de consultas populares e plebiscitos para os debates das questões que dizem respeito a toda a sociedade?**
Ricardo Carneiro - Dependendo da questão, sim. Acho que têm algumas questões para as quais se deve fazer a consulta. Mas não acho que esse seja um mecanismo que se possa usar permanentemente. É preciso ter formas de democracia representativa. Agora, para os temas mais cruciais, certamente sim.

Manifesto dos Economistas

"E NADA MUDOU"

Por uma política econômica voltada para um projeto nacional de desenvolvimento, com prioridade para a geração de empregos e a redução das desigualdades sociais